

Explosões não afastam garimpeiros de Roraima

Aviões usados no garimpo trocam aeroporto de Boa Vista por pistas particulares no interior

LIANA JOHN

BOA VISTA — O movimento dos garimpeiros na área ianomâmi ainda não parou totalmente, apesar dos esforços da Polícia Federal e da explosão da primeira pista de aterrissagem clandestina. No aeroporto de Boa Vista, dos 400 aviões que circulavam regularmente, não restam mais de 20. Mas isso não significa que não há mais vôos.

Os aviões agora utilizam três ou quatro pistas particulares. Na pista de Cariri, a 20 quilômetros de Boa Vista, há cerca de 100 aviões no pátio e a média diária de decolagens é de 25 a 30. Segundo alguns pilotos, apenas um terço dos aviões foi embora e cerca de 300 ainda estão na área.

Garimpeiros e pilotos revelam que a opção pelas pistas particulares é econômica, já que ali eles só pagam decolagens, o que dá um gasto médio de Crs 1.500,00 mensais. No aeroporto se paga a decolagem, pernoite, hora de pátio e outras taxas, o que soma uns Crs 50 mil por mês.

ARRISCADO

Alguns aviões que ainda circulam têm ido até as pistas já condenadas, para buscar o resto dos equipamentos. Outros continuam atendendo aos garimpeiros que ainda trabalham, alguns dos quais obtiveram liminar na Justiça. Eles usam as pistas menores, que só serão destruídas depois da estação chuvosa. "O risco para os pilotos aumentou. Essas pistas são mais perigosas e a manutenção dos aviões piorou, devido à queda do movimento", explica "Cocão", um piloto.

Não há notícia de novas pistas sendo construídas. Mas isso parece que é apenas uma trégua, motivada pelas chuvas pesadas. Os pilotos acreditam, por isso, que a trégua vai até o final de julho. Quando as chuvas acalmarem novas pistas deverão ser abertas, já que tapar as crateras deixadas pelos explosivos é considerado caro e trabalhoso demais para eles.

O uso alternativo de helicópteros também é considerado inviável, pois esses aparelhos têm um uso mais caro e menor autonomia. Um vôo de helicóptero custa três vezes mais do que o de avião e o preço do outro não compensa viagens longas.



José Paulo Lacerda/AE

Pista do Geremias: ianomamis examinam material abandonado

Incidência de malária cresce 60% em um ano

PLÍNIO VICENTE DA SILVA

BOA VISTA — A corrida do ouro em Roraima deixou um prejuízo que a Fundação Nacional de Saúde (ex-Sucam) só conseguirá eliminar a longo prazo. De 1988 para 89 a malária cresceu 60%, atingindo 21.019 casos. Segundo José Alberto da Costa Chagas, diretor do setor de Epidemiologia da fundação, "o responsável por esse aumento é o garimpeiro". Ele faz um alerta às autoridades sanitárias de Boa Vista, lembrando que embora a saída dos garimpeiros das áreas indígenas redunda na redução dos casos, "como esses garimpeiros estão vindo para Boa Vista, se não for feito um trabalho de profilaxia, há um risco enorme de uma verdadeira catástrofe, com a malária atingindo a população urbana".

Chagas revelou que antes da chegada dos garimpos, os ianomâmis conviviam com a doença em grau leve, quase ino-

fensivo. "Agora os garimpeiros vindos de outras regiões trouxeram novas cepas de vírus resistentes aos medicamentos e inseticidas empregados no tratamento e no combate à endemia no Estado", observa.

Quanto às milhares de poças deixadas pelos garimpeiros, Chagas diz que não preocupam no momento, pois "a chuva forte se encarrega de destruir os criatórios, matando as fêmeas e os ovos depositados". Para ele, o problema virá com violência quando acabar a estação chuvosa, em setembro: "Aí sim, teremos um grande aumento dos casos de malária nas áreas indígenas".

Chagas alerta para a falta de aparelhamento da Fundação Nacional de Saúde em Roraima: "Hoje precisamos contratar, sem poder, 80 guardas para esse trabalho, não temos avião, nem helicóptero. Como vamos visitar as malocas para salvar os ianomâmis?".

Justiça revê decretos que criaram reserva

BRASÍLIA — A Procuradoria Geral da República está reunindo documentação para casar os decretos que criaram as reservas garimpeiras de Urariçoa e Catrimani, em Couto Magalhães, no Estado de Roraima. Essas áreas são o habitat natural dos ianomâmis. O subprocurador Carlos Vitor Muzzi, coordenador da defesa dos direitos e interesses das populações indígenas, no âmbito do Ministério Público Federal, aguarda desde 19 de abril instruções de José Lutzenberger, secretário nacional de Meio Ambiente, para tocar o processo.

Na próxima semana Vitor Muzzi também solicitará ajuda da ONU para tratar do caso dos ianomâmis. Ele recebeu relatório dos médicos que atenderam a essas populações em que a explosão das pistas é qualificada de "espetáculo pirotécnico", pois o "ouro acabou" naquelas regiões.